Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 18

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Renúncias tributárias sem critério (Artigo) . . . 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
A redução do IPI e a Zona Franca de Manaus (Artigo) . . . 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL
Empréstimo acima de R$ 5.000 precisa ser declarado no IR . . . 5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL
'Revisão da vida toda' da aposentadoria custaria R$ 360 bi, diz União . . . 6

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL
Imposto de Renda: veja como declarar consignado do INSS e outras dívidas . . . 7

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL
Conta gov.br bate recorde em fevereiro com 250 milhões de acessos . . . 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO
REFORMA TRIBUTÁRIA
"Não tem congelamento. Esquece esse troço" . . . 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA
A mulher e o futuro do planeta (Artigo) . . . 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA
A hora da reforma tributária (Artigo) . . . 14

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Para curar as feridas da guerra (Editorial) . . . 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Mulheres do MBL criticam Arthur do Val e sofrem ataques machistas . . . 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Governo quer cortar tributo de frete para aliviar combustível . . . 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Governo deixará de arrecadar R$ 19 bi por ano com IPI reduzido . . . 21

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Não existe saída fácil para a alta dos combustíveis (Editorial) . . . 22

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
"A energia é uma das armas desta guerra" . . . 23

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Indústria sente efeito de commodities antes mesmo da guerra 24

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Economistas fazem ressalvas a congelamento de combustível 25

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Governo busca saída eleitoral para escalada do petróleo (Editorial) 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO
ECONOMIA
Reino Unido e União Europeia reagem 27

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - INTERNACIONAL
ECONOMIA
Biden proíbe petróleo russo e Putin ameaça 28

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Banqueiros dizem que guerra vai deixar crédito mais caro 31

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Conflito pode levar BC a estender aumento da Selic, avaliam economistas 33

O ESTADO DE S. PAULO - ESPECIAL - MOBILIDADE URBANA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
'Os pedágios vão ter passagem livre em 5 anos' 34

O ESTADO DE S. PAULO - ESPECIAL - MOBILIDADE URBANA
ECONOMIA
'Frota elétrica deve demorar a crescer no Brasil' 36

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA
Bitcoin e as bolhas regulatórias (Artigo) 38

Renúncias tributárias sem critério (Artigo)

Nilson Teixeira, sócio-fundador da Macro Capital Gestão de Recursos, escreve quinzenalmente neste espaço

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187158

Site: https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187158

A redução do IPI e a Zona Franca de Manaus (Artigo)

Antonio Corrêa de Lacerda

A redução linear de 25% nas alíquotas vigentes do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) gerou repercussões da bancada de parlamentares da Zona Franca de Manaus (ZFM), que alegam que a medida prejudicaria o desenvolvimento industrial da região.

Na verdade, o que de fato atrapalha a ZFM e precisa ser enfrentado são as brechas que propiciam a prática fraudulenta de utilização indevida de artifícios para ampliar vantagens.

Os incentivos tributários, principalmente a partir de subsídios de IPI e de crédito estímulo de Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte e de Comunicação (ICMS), oriundos da aquisição de concentrados de refrigerantes da Zona Franca de Manaus, têm propiciado ações fraudulentas que distorcem a concorrência no mercado.

Mas o que chama ainda mais a atenção são as autuações. Os relatórios da **Receita Federal do Brasil** (RFB) têm apontado essa distorção. Os dados referentes a 2021 ainda não estão disponíveis. Mas, partindo da hipótese de que as práticas tenham se mantido no mesmo ritmo dos anos anteriores, estima-se que o contencioso tributário total tenha ultrapassado a casa dos R$ 30 bilhões em 2021 (LACERDA, A.C.; RAMOS, A. P. e SHIROMA, R. Y.

Nota Técnica da AC Lacerda Consultores: Práticas anticoncorrenciais na fabricação de concentrados de refrigerantes na ZFM geram contencioso tributário de R$ 30 bilhões no Brasil.

Março de 2022). É mais ou menos equivalente ao orçamento de 2019 do programa Bolsa Família, que atendeu mais de 50 milhões de brasileiros.

A **RFB** ressalta o chamado "planejamento tributário abusivo", por meio do qual os valores de créditos de IPI foram inflados artificialmente, com a prática de "sobrevalorizar absurdamente o preço do concentrado", que se dá especialmente a partir do aumento de componentes do preço do concentrado, como royalties e contribuições financeiras a programas de marketing. Além dos impactos negativos para as contas públicas, há "uma concorrência desleal no mercado de refrigerantes e bebidas não alcoólicas".

As poucas grandes empresas que fazem uso da prática citada têm distorcido o objetivo da ZFM, de impulsionar o desenvolvimento econômico e social da região. Tais práticas são as verdadeiros inimigas da ZFM.

Não se trata de opinião, mas de constatação a partir da análise dos documentos citados.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Empréstimo acima de R$ 5.000 precisa ser declarado no IR

Os empréstimos acima de R$ 5.000, mesmo que feitos entre pessoas da mesma família, precisam ser declarados por quem empresta e por quem recebe. Veja esta e outras dúvidas.

* Sou servidor público, aposentado desde julho de 2015, aos 60 anos. Souisento de IR por ter câncer de próstata e rim (diagnóstico em outubro de 2020). Obtive isenção em processo i ni ciado em novembro do mesmo ano, mas implantado em folha de pagamento a partir de março de 2021. Apresentei o IR de 2021 sem poder obter de volta o desconto na fonte referente a novembro e ao 13o. O mesmo aconteceu em relação aos valores de dezembro de 2020, janeiro e fevereiro de 2021, recebidos em janeiro,fevereiro emarço de 2021, respectivamente. Como procedo para ter a devolução dos valores? (R.P.S.). Para reaver os valores retidos em 2020, é preciso retificar a declaração entregue em202i, informando os rendimentos Isentos na ficha Rendimentos Isentos e Não Tributáveis, linha 11, indicando CNPJ, nome da fonte pagadora e o valor total isento, separando o 13o salário para indicar no campo próprio. O valor do IR retido deve ser informado no campo IRRF, o que resultará em maior restituição ou redução do IR pago, caso haja, podendo também o pagamento a maior ser restituí-do. Quanto aos rendimentos de 2021, informe-os nas mesmas fichas e linha, com o valor do IR retido na fonte, para que resulte em restituição ou em valor menor a pagar, se for o caso, ou ainda, em nada a pagar ou a restituir.

Minha mulher é minha dependente, mas recebe pensão pelo filho de outra relação. Como faço a minha declaração? (I.S.). A pensão é de titularidade do filho, conforme decisão judicial ou acordo homologado judicialmente. Sua mulher e o filho devem constar como dependentes na sua declaração. O valor da pensão deve ser informado na ficha Rendimentos Recebidos de PF/Exteri-or, aba Dependentes, sub-ficha Outras Informações, coluna Pensão Alimentícia e Outros, mês a mês.

Sou servidora federal aposentada e durante quatro meses fui representante legal provisória, perante o **INSS**, de minha mãe, aposentada e pensionista. Ela morreu antes que a curatela fosse concluída. Como declaro a renda recebida por mim nesses meses? (G.C.). Osvaloresre-cebidos devem ser informados na declaração dela, seja a normal ou a correspondente ao espólio. Use a ficha Rendimentos Tributáveis Recebidos de PJ, caso o valor total ou parcial seja tributável.

Durante estudos no exterior, trabalhei e juntei dinheiro. Mas o tempo não foi suficiente para alterar meu domicílio fiscal. Preciso decla-raroqueganhei noexterior? (J.G.N.). Como saiu temporariamente do Brasil para estudar e depois retomou, você deverá entregar a declaração se estiver enquadrado em alguma das regras que o obrigam a declarar. Se for esse o caso, os rendimentos recebidos de fontes situadas no exterior, transferidos ou não para o Brasil, estão sujeitos à tributação pelo carnê-leão, no mês do recebimento. Assim, esses valores devem ser infor-madosna ficha Rendimentos Tributáveis Recebidos de PF/ Exterior pelo Titular.

Como faço para declarar um empréstimo feito a filho para comprar imóvel? (A.M.). Os empréstimos acima de R$ 5.000 precisam ser declarados. Informe no campo Discriminação da ficha Bens e Direitos, código 51, o valor emprestado, o nome e o CPF do filho e as condições do empréstimo. Deixe em branco a coluna de 2020. Nade 2021, informe o saldo a receber (pode sero total emprestado ou menos, caso parte já tenha sido paga no ano passado). Nadedaração do filho, informe o valor emprestado na ficha Dívidas e Onus Reais, código 14. No campo Discriminação, informe os dados de quem emprestou e o valor. Na coluna de 2021, informe o saldo ainda devido (pode ser o total ou menos, caso par te já tenha sido paga)

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49844&anchor=6451554&pd=43abdcf8d821eff20fffae4cbc26ceb8

'Revisão da vida toda' da aposentadoria custaria R$ 360 bi, diz União

GUILHERME PIMENTA

Novos cálculos do governo federal apontam que a decisão favorável sobre a "revisão da vida toda" para beneficiários da **Previdência Social** pode custar R$ 360 bilhões em 15 anos aos cofres públicos, segundo estimativas atualizadas obtidas pelo Estadão/Broadcast.

No fim de fevereiro, o Supremo formou maioria - de 6 votos a 5 - em favor dos aposentados, ao entender que eles poderão usar todas as suas contribuições previdenciárias, inclusive as anteriores a julho de 1994, início do Plano Real, para recalcular os valores de seus benefícios. O julgamento estava previsto para acabar às 23h59 de ontem, no plenário virtual.

Inicialmente, a União apontava que o impacto nas contas da **Previdência Social** poderia chegar a R$ 46,4 bilhões em dez anos. Esse valor, no entanto, se referia apenas aos benefícios de aposentadoria por tempo de contribuição. Agora, as equipes da Previdência e do Ministério da Economia entenderam que a tese alcança todos os benefícios previdenciários com contribuições anteriores a 1994, como auxíliodoença, pensão por morte e aposentadorias por invalidez.

Considerando apenas os benefícios previdenciários ativos, o custo mensal a ser suportado pela **Previdência Social** seria de R$ 2 bilhões. Nas estimativas dos técnicos do **INSS**, 51,9 milhões de benefícios poderiam ser revisados com o julgamento favorável aos aposentados.

Imediatamente, de acordo com os novos cálculos, o impacto seria de R$ 120 bilhões, totalizando R$ 360 bilhões em 15 anos. O argumento foi reforçado aos ministros do STF nos últimos dias pelo governo, mas há uma avaliação prévia no Executivo de que eles não mudariam seus votos.

OPERAÇÃO. Além dos impactos aos cofres da União, o governo também demonstrou preocupação com a operacionalização por parte do **INSS** para revisar os benefícios. Com a revisão de mais de 50 milhões de benefícios, o julgamento poderia elevar o estoque de requerimentos do órgão em 29 vezes. "Isso geraria um verdadeiro colapso no atendimento do **INSS**", argumentou uma fonte do Executivo.

Votaram a favor dos aposentados o ex-ministro Marco Aurélio Mello e os ministros Edson Fachin, Cármen Lúcia, Rosa Weber, Alexandre de Moraes e Ricardo Lewandowski. Votaram contra os ministros Nunes Marques, Dias Toffoli, Luís Roberto Barroso, Luiz Fux e Gilmar Mendes.

Para mudar o resultado, algum ministro teria de pedir até o horário-limite para que o julgamento fosse transferido para o plenário físico. Assim, os votos seriam desconsiderados, a discussão recomeçaria e o voto de Marco Aurélio Mello seria desconsiderado, pois ele se aposentou.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Imposto de Renda: veja como declarar consignado do INSS e outras dívidas

Suzana Petropouleas

Suzana Petropouleas

São Paulo

Empréstimos e dívidas acima de R$ 5.000 adquiridas ou pagas durante 2021 devem ser informados à **Receita Federal** no Imposto de Renda deste ano. O prazo para entregar a declaração em 2022 se encerra às 23h59 do dia 29 de abril.

Entram na declaração ao fisco os empréstimos consignados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e mesmo aqueles feitos entre pessoas físicas, além de dívidas com o cheque especial e cartões de crédito, por exemplo.

Para declarar, é importante consultar o informe de rendimentos fornecido pelas instituições, bancos ou empresas credoras, que terá os valores pagos e devidos. "Ao entrar em contato com a empresa que forneceu o empréstimo, deve-se pedir o comprovante da situação da dívida no começo e final do ano fiscal declarado, que é o período que interessa à Receita", diz Valdir Amorim, coordenador tributário do IOB.

No caso de empréstimo entre pessoas físicas, o valor declarado por ambas deve coincidir, para evitar que os contribuintes caiam na malha fina.

Aposentados, pensionistas e demais segurados do **INSS** podem fazer o download do Extrato de Empréstimo Consignado, disponível no site e aplicativo para celular Meu **INSS** . O documento mostra se há empréstimos descontados diretamente do benefício pago pelo instituto, além do valor total do empréstimo e suas parcelas, o banco ou operadora de crédito que o realizou, o número do contrato e o prazo para pagamento. Como obter o extrato de empréstimo consignado

Também é possível obter o documento presencialmente, em uma das agências do **INSS**. O atendimento só é realizado para o titular do benefício ou procurador cadastrado. Para isso, é necessário agendar horário por meio da Central 135 ou seguir os seguintes passos para o agendamento presencial: Como declarar

Deve ser criada uma ficha para cada dívida

Financiamentos com bens dados como garantia e consórcios devem ser informados na ficha "Bens e Direitos". Nesse caso, o contribuinte deve incluir o tipo do bem financiado (como apartamentos e carros) e a situação da dívida no final de 2020 e final de 2021.

Empréstimos e dívidas acima de R$ 5.000 adquiridas ou pagas durante 2021 devem ser informados à **Receita Federal** no Imposto de Renda deste ano. O prazo para entregar a declaração em 2022 se encerra às 23h59 do dia 29 de abril.

Entram na declaração ao fisco os empréstimos consignados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e mesmo aqueles feitos entre pessoas físicas, além de dívidas com o cheque especial e cartões de crédito, por exemplo.

Para declarar, é importante consultar o informe de rendimentos fornecido pelas instituições, bancos ou empresas credoras, que terá os valores pagos e devidos. "Ao entrar em contato com a empresa que forneceu o empréstimo, deve-se pedir o comprovante da situação da dívida no começo e final do ano fiscal declarado, que é o período que interessa à Receita", diz Valdir Amorim, coordenador tributário do IOB.

No caso de empréstimo entre pessoas físicas, o valor declarado por ambas deve coincidir, para evitar que os contribuintes caiam na malha fina.

Aposentados, pensionistas e demais segurados do **INSS** podem fazer o download do Extrato de Empréstimo Consignado, disponível no site e aplicativo para celular Meu **INSS** . O documento mostra se há empréstimos descontados diretamente do benefício pago pelo instituto, além do valor total do empréstimo e suas parcelas, o banco ou operadora de crédito que o realizou, o número do contrato e o prazo para pagamento.

Também é possível obter o documento presencialmente, em uma das agências do **INSS**. O atendimento só é realizado para o titular do benefício ou procurador cadastrado. Para isso, é necessário agendar horário por meio da Central 135 ou seguir os seguintes passos para o agendamento presencial:

Deve ser criada uma ficha para cada dívida

Financiamentos com bens dados como garantia e consórcios devem ser informados na ficha "Bens e Direitos". Nesse caso, o contribuinte deve incluir o tipo do bem financiado (como apartamentos e carros) e a situação da dívida no final de 2020 e final de 2021.

Endereço da página

Site:
https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/03/imposto-de-renda-veja-como-declarar-consignado-do-inss-e-outras-dividas.shtml

Conta gov.br bate recorde em fevereiro com 250 milhões de acessos

Economia

|
Do R7

O acesso às contas gov.br bateu recorde em fevereiro, com 250 milhões de transações em diversos serviços públicos. As consultas ao abono salarial, por meio da Carteira Digital de Trabalho, aos resultados do Enem, ao Sisu e ao serviço de resgate de dinheiro esquecido do Banco Central, por exemplo, foram destaques no mês.

A conta faz parte da plataforma do governo federal, lançada em 2019, que já tem 125 milhões de cidadãos cadastrados e cerca de 3,6 mil serviços online. Além dos serviços citados acima, também estão presentes a Carteira Ditigal de Trânsito , Meu **INSS**, SUS, Fies, Prouni, eSocial, Juntas Comerciais, entre outros.

"Está crescendo, mas não só por essa política do Banco Central [dos valores a receber], mas por diversas outras. Cada vez mais estão exigindo essa qualificação, esse nível de conta mais seguro, então é um movimento que inaugura uma nova fase do governo digital, dos serviços públicos cada vez mais sofisticados e relevantes para a população", afirma o secretário de Governo Digital do Ministério da Economia, Fernando Mitkiewicz.

Neste mês de março, os serviços do IR 2022, como a declaração pré-preenchida, e o de valores a receber de instituições financeiras, no Banco Central, passaram a exigir conta gov.br nos níveis ouro ou prata, que demandam mais autenticações como reconhecimento facial e autorização via aplicativo.

O login para acessar serviços públicos digitais está disponível a todos os brasileiros no site gov.br, em três níveis de segurança: bronze, prata e ouro. O aumento do nível de segurança ocorre com serviços que envolvem o acesso de informações sigilosas ou o pagamento de benefícios pelo governo.

"Os níveis prata e ouro vêm exatamente garantir um fator a mais de segurança para essas contas com acesso a serviços diferenciados, como a consulta a valores a receber, do Banco Central, benefícios do **INSS**, e a declaração pré-preenchida da **Receita Federal**", explica o secretário de Governo Digital. "É uma funcionalidade avançada que exige acesso a informações sensíveis. Precisa ter esse nível de conta mais mais segura."

Por isso, a partir desta semana, quando começa o agendamento do saque do valor a receber de instituições financeiras, por meio do Banco Central, o cidadão precisará ter conta nível prata ou ouro. O mesmo acontecerá a partir de 15 de março, quando será liberada a declaração pré-preenchida do Imposto de Renda 2022, no e-CAC da **Receita Federal**.

As contas gov.br são utilizadas para acessar 3,6 mil serviços públicos e têm três níveis de segurança: bronze, prata e ouro, sendo bronze o nível considerado básico, e ouro, o de segurança máxima.

Para resgatar o dinheiro esquecido, será preciso ter uma conta de nível prata ou ouro.

Dessa forma, quanto maior a segurança da validação dos dados do usuário, em bases da Justiça Eleitoral ou via certificado digital, por exemplo, maior o nível da conta.

O primeiro nível de conta gov.br é o bronze, cujo grau de segurança é considerado apenas básico.

Validação facial pelo aplicativo gov.br para conferência de sua foto nas bases da Carteira de Habilitação (CNH)

Validação de seus dados com usuário e senha do Sigepe (Sistema de Gestão de Pessoas), para quem é servidor público federal

Validação via internet banking de um dos sete bancos credenciados: Banco do Brasil, Caixa, Sicoob, Bradesco, Santander, BRB e Banrisul. Todos os correntistas destas instituições podem entrar no gov.br (acesso.gov.br), clicando em "Seu banco".

1. Acesse o link: acesso.gov.br

2. Acesse em "Outras opções de identificação" a opção "Seu banco"

3. Ao abrir a tela, clique no banco onde tem conta

bancária

Validação facial pelo aplicativo gov.br para conferência de sua foto nas bases da Justiça Eleitoral

Validação de seus dados com Certificado Digital compatível com ICP-Brasil

Onde saber mais sobre os níveis da conta gov.br: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/conta-gov-br

Site: http://noticias.r7.com/economia/conta-govbr-bate-recorde-em-fevereiro-com-250-milhoes-de-acessos-09032022

"Não tem congelamento. Esquece esse troço"

ROSANA HESSELFERNANDA STRICKLAND CRISTIANE NOBERTO

Uma das alternativas estudadas pelos ministros do presidente Jair Bolsonaro (PL), o congelamento temporário dos preços da Petrobras, foi defenestrada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. "Não tem congelamento, esquece esse troço", declarou, na noite de ontem, aos jornalistas, depois de encontro com o senador Roberto Rocha (MDB-TO), relator da **reforma tributária** do Senado, a PEC 110/2019. Mais cedo, Guedes tinha demonstrado todo o seu descontentamento com a proposta de congelamento. Disse que "só maluco congela preço", segundo imagem flagrada pelo R7, em resposta a um questionamento de jornalistas sobre o assunto quando chegava à sede da pasta.

Analistas lembram que se as previsões de **inflação** já estavam sendo revisadas para cima com a invasão da Ucrânia pela Rússia, agora, com a decisão dos Estados Unidos, da União Europeia e do Reino Unido de suspenderem as compras de petróleo de Moscou, as perspectivas tendem a piorar, tanto para o Brasil quanto para o mundo. E, enquanto o barril do petróleo voltava a ficar acima de US$ 130, ontem, em meio a mais um dia turbulento nos mercado internacionais, os ministros e os técnicos do governo realizaram várias reuniões fora da agenda ao longo do dia. Mas não houve acordo.

A expectativa é de que as reuniões extra-agenda continuem hoje, porque as discussões prosseguem até que todos os cálculos sejam feitos pelos técnicos. Assim como Guedes, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, teve reuniões em seu gabinete e no Palácio do Planalto para tratar da questão dos combustíveis. No gabinete do ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, além de Guedes, de Albuquerque e de seus respectivos técnicos, os presidentes do Banco Central, Roberto Campos Neto, e da Petrobras, general Joaquim Silva e Lula, participaram das conversas. A Economia seguiu defendendo a redução de **impostos** e vetando as propostas de subsídios para compensar a diferença de preços internacionais, segundo fontes do governo. O presidente da Petrobras, o Ministério de Minas e Energia e a ala política do governo defenderam a adoção do subsídio.

Nervosismo

Na véspera, quando Bolsonaro criticou a política de preços da Petrobras, que acompanha o mercado externo, as ações da estatal desabaram sete pontos percentuais e lideraram as perdas de 2,52%, do Índice Bovespa (IBovespa), com a perspectiva do congelamento de preços. Ontem, o B3, principal indicador da Bolsa de Valores de São Paulo, recuou 0,35%, para 111.203 pontos.

As estimativas do mercado sobre o impacto fiscal de medidas para segurar os preços dos combustíveis variam muito, oscilando entre R$ 60 bilhões e R$ 200 bilhões, a depender do tempo em que forem adotadas. Ontem, após encontro almoço da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), o presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), Eberaldo de Almeida, estimou que o congelamento poderia chegar a R$ 200 bilhões se durasse todo o ano de 2022. Mais cedo, ele tinha afirmado que o impacto seria superior a R$ 113 bilhões, conforme simulação que considera o congelamento do diesel e da gasolina a preços de 2021.

Economista e professor de geopolítica Fábio Tadeu Araújo, sócio-diretor na Brain Inteligência Estratégica, avaliou que não está claro qual será o caminho para evitar o aumento muito forte no preço da gasolina e demais combustíveis para o consumidor neste momento. Mas ele estimou que o rombo fiscal poderá chegar a R$ 100 bilhões.

A Petrobras vem evitando fazer repasses contínuos dos choques recentes do petróleo. Conforme estimativas da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), desde 12 de janeiro, a defasagem do preço interno da gasolina e do diesel está em torno de 25%. Resta saber como serão as conversas para a votação de hoje no Senado dos projetos de lei do senador Jean Paul Prates (PT-RN) que tratam de medidas para conter o preço dos

combustíveis. Um dos projetos cria uma alíquota única do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) sobre combustíveis e o outro cria uma conta para estabilização dos preços do petróleo e derivados a partir do imposto sobre exportação do produto.

Revisões

A certeza de analistas é de que a **inflação** continuará em alta no meio da guerra, tanto que as previsões do mercado para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano estão, cada vez mais, distantes do teto da meta, de 5%. Com isso, as estimativas para a taxa básica de juros (Selic) também estão sendo atualizadas para cima. O Banco Bradesco, ontem, apesar de manter a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 0,5%, elevou de 5,4% para 6% a estimativa para o IPCA no fim do ano e aumentou de 11,75% para 12,75% a expectativa para a taxa Selic em dezembro.

"Ainda é difícil prever o desfecho da guerra na Ucrânia e esse desfecho pode alterar de maneira significativa os números do cenário. De toda forma, como tratamos em nossa seção sobre o cenário internacional, os efeitos econômicos globais devem ser mais **inflação** e menos crescimento, resultados que também deveremos observar no Brasil", destacou o economista Fernando Honorato Barbosa, diretor de Pesquisas e Estudos Econômicos do Bradesco. O economista-chefe da Necton Investimentos, elevou a previsão para a **inflação** de 5,8% para 6%, e a estimativa para a Selic de 12,25% para 13,25%. "A situação corrente piorou muito, com o agravamento dos conflitos no Leste Europeu e da dinâmica das sanções impostas a Moscou e das retaliações que devem seguir por parte de Vladimir Putin (presidente da Rússia)", disse Perfeito.

us$ 132

Valor do barril do petróleo tipo Brent negociado, ontem, na Bolsa de Londres

A mulher e o futuro do planeta (Artigo)

LEILA BARROS Senadora

Desde 1975, a cada 8 de março, o mundo volta as atenções para a questão feminina. É a data na qual se celebra o Dia Internacional da Mulher. De lá para cá, é inegável que avanços ocorreram e muitas conquistas foram alcançadas. Porém, também não se pode omitir que ainda é longo e penoso o caminho que nos levará à tão almejada igualdade de gênero. Na verdade, a própria condição feminina continua a nos exigir muito mais luta e reflexão do que festa e celebração. Prosseguimos sendo vítimas de machismo, misoginia e violência doméstica.

Nossa participação política é insuficiente.

No mercado de trabalho, mesmo ocupando cargos iguais e desempenhando o mesmo tipo de serviço, recebemos menores salários.

A sociedade ainda não reconhece o papel feminino. Da mesma forma, não é comum encontrar uma mulher no topo da hierarquia das grandes empresas ou instituições. Quando isso ocorre, essa pessoa do sexo feminino que superou todo tipo de adversidades para - com sua competência e valor - ascender profissional ou socialmente, muitas vezes é vista com desdém ou desconfiança. Nesses tempos de mídias sociais, esse tipo de perseguição e preconceito se torna mais evidente e constante ainda. Porém, se formos observar o outro lado da pirâmide social, a situação é completamente inversa. A Organização das Nações Unidas divulgou que cerca de 70% do 1,3 bilhão de pessoas que sobrevivem na linha de pobreza são mulheres.

Esse foi um dos dados que motivou a Organização das Nações Unidas (ONU) a escolher como tema para o Dia da Mulher de 2022 "Igualdade de gênero hoje para um amanhã sustentável". Estudos da organização mundial descobriram que, em virtude das desigualdades sociais e por sua posição de maior vulnerabilidade, as mudanças climáticas e seus efeitos devastadores atingem mais as mulheres. Também é sobre o sexo feminino que recairá a maior parte dos prejuízos provocados pela mudança do clima. Portanto, nada mais justo que as mulheres também participem da construção de um modelo que dê sustentabilidade ao meio ambiente.

Somos todos habitantes deste planeta, e devemos ter direitos e compromissos semelhantes e dividir responsabilidades. Até porque, nesse período todo em que majoritariamente os homens deram as cartas, as coisas não parecem ter ido muito bem. Essa mesma união de esforços entre os gêneros, que a ONU propõe para salvar o meio ambiente da agonia, deve ser replicada nas esferas de poder aqui no nosso país. Sobretudo, depois de mais de dois anos de pandemia e de uma guerra cujos efeitos e consequências catastróficas assombram o mundo, precisamos unir as capacidades de mulheres e homens para encontrar soluções que minimizem o sofrimento de nossa gente. O Brasil precisa dessa parceria para se reconstruir de forma mais justa e igualitária.

A Câmara dos Deputados pode colaborar aprovando, por exemplo, o PLC 130/2011, que estabelece multa para empresas que remunerem com salários diferentes homens e mulheres que façam o mesmo trabalho. Os deputados também podem votar as emendas ao PL 123/2019, que reserva pelo menos 5% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para o combate à violência contra a mulher. Como relatora da matéria no Senado, sei o quanto essa lei será importante para preservar vidas. Nós, senadores, podemos deliberar sobre uma **reforma tributária** que simplifique o recolhimento de **impostos** e contribua para a geração de emprego e renda e o aumento da competitividade de nossas empresas. Também temos que nos debruçar sobre as diversas matérias que tratam da questão ambiental. Entre eles, temos que impedir a flexibilização do controle e a utilização de agrotóxicos. Atuando em conjunto, mulheres e homens, temos muito o que contribuir para um futuro melhor.

A hora da reforma tributária (Artigo)

Robson Braga de Andrade Empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

As eleições gerais de outubro não podem servir de pretexto para o país adiar, mais uma vez, a reforma ampla da tributação sobre o consumo. A aprovação da proposta de emenda à Constituição nº 110/2019 (PEC 110), ainda no primeiro semestre deste ano, é fundamental para destravar o crescimento da economia, criar empregos e melhorar a qualidade de vida da população.

É por isso que nenhum dos pré-candidatos à Presidência da República se manifesta contra a realização da **reforma tributária**. Fazê-la agora permitirá que os seus frutos comecem a ser colhidos ainda no próximo mandato presidencial.

Felizmente, a matéria está entre as prioridades dos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). A PEC 110 está pronta para votação. O substitutivo do senador Roberto Rocha (PSDB-MA) reúne todas as condições para ser aprovado rapidamente, pois conta com o apoio do governo federal, dos estados, da grande maioria dos municípios e de líderes dos mais diversos segmentos empresariais.

Esse inédito consenso nacional foi construído em um amplo debate. De 2019 até o fim do ano passado foram realizados eventos, reuniões e audiências públicas que tiveram a expressiva participação de especialistas e de representantes dos três níveis de governo, além de empresários e de líderes de outros setores da sociedade. Todos tiveram a chance de manifestar suas posições e apresentar sugestões. O texto da PEC 110 incorporou diversas dessas recomendações e procurou compatibilizar posições. Daí resulta o amplo apoio que recebe.

Uma alteração que conciliou divergências, do ponto de vista dos entes da federação, foi a opção pelo IVA Dual, que substitui quatro **tributos** sobre o consumo de bens e serviços (PIS, Cofins, ICMS e ISS) por dois **tributos** sobre o valor agregado. A Contribuição sobre Operações de Bens e Serviços (CBS), que unificará o PIS e a Cofins, será arrecadada pela União. O Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que reunirá o ICMS e o ISS, será repartido entre estados e municípios.

Outra sugestão acolhida foi a possibilidade de criação de regimes favorecidos de tributação para determinados bens e serviços a serem definidos pelo Congresso em legislação infraconstitucional. Dessa forma, ainda que fazendo uma redistribuição da carga tributária entre os setores econômicos menor do que a ideal, a PEC 110 atende aos pleitos dos produtores de bens e serviços contrários à tributação uniforme nos dois **impostos**.

O grande mérito da PEC 110 é que o modelo de tributação do consumo resultante da sua aprovação eliminará distorções, simplificará o sistema tributário e garantirá a desoneração das exportações e dos investimentos. Também ajudará os produtos brasileiros a enfrentar, em igualdade de condições, a concorrência com os estrangeiros nos mercados interno e externo.

Diversos estudos demonstram que uma reforma que substitua os atuais **impostos** de má qualidade pelo IVA Dual vai acelerar o ritmo de crescimento econômico nos próximos anos. Um desses trabalhos, feito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mostra que o Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil poderá ter uma expansão adicional de 12% em 15 anos.

O crescimento maior do **PIB** impulsionará todos os setores econômicos. A produção industrial poderá ter uma expansão de 16,6%. A agropecuária crescerá 10,6%, e os serviços, 10,1%. Isso favorecerá a criação de empregos e elevará a arrecadação nos três níveis de governo.

Por essas razões, é preciso acelerar a aprovação da PEC 110. Com isso, o país terá um sistema tributário mais eficiente, de padrão mundial, capaz de aumentar o ritmo de crescimento e de criação de empregos. Feita a **reforma tributária**, devemos aproveitar este ano de eleições para aprofundar o debate em torno de outras ações estruturais, necessárias para a construção de um país mais próspero, sustentável e inclusivo.

[...] O grande mérito da PEC 110 é que o modelo de tributação do consumo resultante da sua aprovação eliminará distorções, simplificará o sistema tributário e garantirá a desoneração das exportações e dos investimentos. Também ajudará os produtos brasileiros a enfrentar, em igualdade de condições, a concorrência com os estrangeiros

Robson Braga de Andrade, Empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49844

Para curar as feridas da guerra (Editorial)

A guerra na Ucrânia já mostrou que há também um front econômico no embate do Ocidente com o governo do presidente russo Vladimir Putin. O bombardeio de sanções contra a Rússia reunindo um arsenal de estados e iniciativa privada sem precedentes desde a Segunda Guerra Mundial vai espalhar estilhaços por todo o globo e afetar economias, independentemente do envolvimento no conflito. O disparo dado ontem pelo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, ao proibir importações de petróleo e gás da Rússia, pode se tornar um duro golpe para a economia russa, principalmente se for seguido por países europeus.

Putin ameaça contra golpear com o corte do fornecimento de gás para a Europa, o que, se levado a termo, mergulhará a região em uma crise energética, uma vez que os russos fornecem 45% do gás consumido nas nações europeias. É um volume que não se substitui de um dia para o outro. O líder soviético anunciou que vai restringir o comércio de matérias-primas a países que aderirem ao embargo anunciado pelos Estados Unidos, com a lista de itens e nações sendo conhecida em dois dias, tempo suficiente para que definam quais países acompanharam a decisão de Biden.

Esse embate econômico vai pressionar os preços do petróleo e do gás natural ainda mais e aumentar o desarranjo em cadeias produtivas que ainda se ressentiam dos impactos da pandemia de COVID-19, elevando também preços de commodities e metais. O cenário é de escalada inflacionária em todo o mundo, com risco de escassez de fertilizantes em um primeiro momento e de alimentos em outro. Se demorou a reagir para socorrer os brasileiros que estavam na Ucrânia, que só agora, passadas duas semanas da guerra, são retirados da região do conflito ao contrário de outros países -, o presidente Jair Bolsonaro precisa deixar a postura de dar sugestão ou afirmações abertas e efetivamente governar.

E entenda-se por governar a decisão de tomar medidas efetivas para proteger a sociedade brasileira dos estilhaços econômicos da guerra do Ocidente com a Rússia, que não luta sozinha, indicando que o conflito pode durar semanas. Hoje, o Congresso começa a avaliar propostas para conter os preços dos combustíveis, que, na prática, estão congelados no momento com a defasagem em relação à paridade internacional superior a 25%. Bolsonaro sugeriu mudança na política de preços da Petrobras e as ações da estatal desabaram.

É preciso bater na tecla da necessidade de se buscar solução permanente para a questão dos preços dos combustíveis, evitando-se medidas populistas como congelamento ou controle de preços adotadas no passado, principalmente no período da ex-presidente Dilma Rousseff. Congelar preços representa represar reajuste na ponta do consumo e reduziras margens da Petrobras, com seus custos subindo e a empresa impedida de remarcações. Discutir medidas temporárias, como um subsídio pago pelo Tesouro Nacional- leia-se pago pela sociedade brasileira que recolhe **impostos** - a exemplo do que foi feito no governo Michel **Temer**, terá um custo superior a R$ 30 bilhões nas contas preliminares e não é solução permanente.

Subsídio temporário não é a saída que se espera para a questão energética, que envolve também o gás de cozinha. Ela foi adotada em 2018, após a greve dos caminhoneiros que parou o país por uma semana, e não resolveu o problema, que bate à nossa porta novamente. Tirar do caixa dos estados pura e simplesmente com mudanças no ICMS ou medidas temporárias não resolve, principalmente se os preços do petróleo efetivamente superarem a barreira dos US$ 150 o barril do tipo Brent. Ontem, as cotações passaram de US$ 130, recuando no fechamento, mas em alta, próximo a US$ 128. Só desde o início da guerra, em 24 de fevereiro, o barril de óleo está US$ 32 mais caro. Impedir o impacto no preço da gasolina é obrigação. Mas postergar o reajuste e simplesmente empurrá-lo será irresponsabilidade.

Site:
https://digital.em.com.br/estadodeminas/09/03/2022/p1

Mulheres do MBL criticam Arthur do Val e sofrem ataques machistas

Bruno Santos/Folhapress

Artur Rodrigues são paulo

Mulheres do MBL (Movimento Brasil Livre) criticam as frases sexistas do deputado estadual Arthur do Val (sem partido), o Mamãe Falei, condenam o que chamam de linchamento virtual e atuam para diminuir o estrago do caso ao grupo. Ao mesmo tempo, porém, viraram alvo de ataques machistas.

O movimento se preparava para neste ano ganhar espaço entre a direita moderada e agora se viu envolvido na crise gerada pelos áudios sexistas de Arthur, que, em viagem à Ucrânia, disse que as mulheres daquele país "são fáceis, porque são pobres".

O MBL Mulher reúne cerca de 100 integrantes do grupo, que tentará nas próximas eleições trazer maior representatividade feminina em posições de destaque.

Entre as participantes do grupo, houve muita cobrança externa para se pronunciarem sobre o tema. Em alguns casos, isso se reverteu em ataques machistas e de cunho sexual contra as mulheres.

Uma das porta-vozes do MBL Mulher e aposta do movimento como pré-candidata a deputada estadual em São Paulo, Amanda Vettorazzo afirma que o grupo não "passará pano " para Arthur do Val, mas defende a atuação dele antes do episódio.

"Ele errou e errou feio", afirma Amanda Vettorazzo. "Principalmente quando fala que são pobres e fáceis." A pré-candidata gravou um vídeo que foi publicado em seu perfil ressaltando que o deputado estadual nunca foi machista em sua convivência dentro do movimento. À Folha ela afirmou que não há machismo dentro do MBL.

"Nunca sofri, zero machismo, zero assédio. A política é um ambiente ruim para mulher, mas dentro do MBL me sinto em um ambiente seguro", diz a porta-voz.

Questionada sobre a falta de mulheres em posição de destaque no MBL, Amanda disse que isso não acontece exclusivamente no movimento e que a presença feminina é menor na direita devido às pautas que defendem, entre outros motivos.

Amanda ainda criticou o uso do caso para atacar as mulheres. A Folha teve acesso a algumas das mensagens com ataques de cunho sexual enviadas a Amanda.

"É uma hipocrisia. Se eles dizem que o Arthur foi machista e estão defendendo as mulheres, eles vêm no perfil de uma mulher, que não falou nada, com mensagem de baixo, baixo, baixo calão. A gente vê que na verdade estão se apropriando de uma narrativa para destruir o Arthur", disse.

Outra integrante do MBL Mulher e vice na chapa de Arthur à Prefeitura de São Paulo em 2020, Adelaide Oliveira publicou vídeo nesta segunda (7) com teor similar ao de Amanda.

"Antes de qualquer coisa, quero repudiar veementemente o que foi dito nos áudios. Foi um comportamento absurdo, execrável, que envergonha até quem ouve quanto mais quem fala", afirmou.

"Foram falas sexistas e machistas que humilham e ofendem todas as mulheres", disse, acrescentando que esse tipo de comportamento tem que ser eliminado da sociedade.

Adelaide afirmou ainda, no entanto, que sempre teve tratamento respeitoso por parte de Arthur.

"O Arthur é jovem, tem idade dos meus filhos, mas errou feio, teve um comportamento infantil e reprovável. Eu espero que o que ele está passando neste momento, e as consequências que virão, que isso possa promover nele a mudança que ele precisa".

Adelaide também citou linchamento virtual. "Condenar o erro, ok. Destruir uma pessoa, não. As pessoas não são descartáveis".

Os posicionamentos de Adelaide e Amanda foram compartilhados pelo MBL Mulher. As falas, porém, não são corroboradas por todas -houve quem apenas criticasse o cancelamento do deputado, mas com condenação às falas.

Em geral, porém, os membros do movimento que têm se manifestado seguem o roteiro de primeiro criticar os áudios e, depois, apontar hipocrisia ou superdimensionamento do caso.

Entre os lideres masculinos, o deputado federal Kim Kataguiri (União Brasil-SP), por exemplo, foi um dos que postaram vídeos condenando as falas do colega de movimento, mas dizendo que o deputado está sendo crucificado.

"O que o Arthur disse nos áudios é repugnante, inaceitável, injustificável. Dito isso, a crucificação que está sendo feita com o Arthur é completamente desproporcional à realidade política que a gente vive no nosso país", disse Kim Kataguiri, em publicação.

"Por que eu estou dizendo isso? Porque o senador que foi pego com dinheiro na bunda continua sendo senador." Rubinho Nunes (Podemos), vereador paulistano que o MBL quer emplacar no lugar de Arthur como candidato ao governo, não quis falar com a reportagem sobre o assunto.

Já Renan Santos, que viajou com Arthur, postou um longo vídeo com trechos da viagem. No movimento, há um esforço grande para ressaltar que, apesar dos áudios, a incursão dos dois pelo território em guerra trouxe benefícios aos ucranianos, por meio de doações.

Coordenador do MBL cobra reação e fala palavrões em live

Irritado e falando vários palavrões, o coordenador nacional do MBL (Movimento Brasil Livre) Renan Santos pediu durante uma live a reação da militância contra a possibilidade de cassação do mandato do deputado estadual Arthur do Val, o Mamãe Falei (Podemos-SP), após a repercussão das falas de cunho sexista sobre as mulheres ucranianas. "Provavelmente vai ter a cassação do Arthur, estou sendo bem honesto, mantendo-se a situação atual" disse, nervoso, ao intervir na live comandada por Ricardo Almeida e Cristiano Beraldo, também da cúpula do movimento, no YouTube. Renan Santos chegou a atirar no chão uma caneca que estava na mesa do estúdio. "O Arthur fez merda? Ele fez merda. Agora vocês têm que colocar a mão na cabeça e falar o seguinte: é comparável um cara falar merda e ser cassado e um ladrão roubar seu dinheiro e não acontecer bosta nenhuma?" perguntou, aos berros. 0 coordenador, que esteve na Ucrânia com Arthur do Val, disse que o deputado "lutou sozinho" contra o aumento de **impostos** em São Paulo e agora foi abandonado.

ATO DO DIA DAS MULHERES TEM CRÍTICA A DEPUTADO

Integrantes do Bloco Feminista queimam boneco com a cara do deputado Arthur do Val durante protesto pelo Dia Internacional das Mulheres na rua Augusta, na região central de São Paulo, nesta terça-feira (8)

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49844

Governo quer cortar tributo de frete para aliviar combustível

Em meio à escalada nos preços de petróleo e fertilizantes, o governo planeja um corte na tributação do frete marítimo para tentar reduzir custos de importação.

O Ministério da Economia pretende estabelecer, por meio de um decreto, um corte linear de cerca de um terço no Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) -tributo criado nos anos 1980 para incentivar a indústria naval nacional A medida tem custo calculado em aproximadamente R$ 4 bilhões por ano, e não há necessidade de compensação orçamentária porque a redução poderá ser usufruída por todos os setores. A Lei de Responsabilidade Fiscal só exigiría um balanceamento no caso de o corte tributário ser restrito a um grupo ou segmento.

O AFRMM incide sobre o produto desembarcado nos portos, seja de origem internacional, seja de outras regiões brasileiras (por exemplo, por meio da navegação de cabotagem). Apesar disso, praticamente todo o valor arrecadado é oriundo das operações de importação.

Os combustíveis são os que mais contribuem para a arre -cadação como tributo (18%), seguidos por cargas transportadas por contêineres (cerca de 17%) e adubos e fertilizantes (cerca de 13%). Outros produtos têm representativida-de inferior, respondendo de forma somada e fragmentada pelo percentual restante.

A proposta desenhada até agora estabelece um corte linear de 33,9% no AFRMM, sendo que há diferentes percentuais resultantes conforme a origem. Na navegação de longo curso internacional, por exemplo, a alíquota cairia de 25% para 16,5%; na de longo curso nacional, de 25% para 16,5%; na de cabotagem, de 10% para 6,6%.

O AFRMM é considerado pelo Ministério da Economia um tributo que não contribui para a atividade. Primeiro porque beneficiaria poucos estaleiros nacionais (80% dos recursos vão para um conjunto de aproximadamente 20 empresas) e segundo porque estabelecería uma forma de protecionismo àindústria nacional (ao taxar os produtos que chegam via mar).

Procurado, o Sinaval (Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore) disse que não tinha um porta-voz disponível para comentar os possíveis impactos para o setor.

Apesar de os combustíveis serem os maiores geradores de AFRMM, o Ministério da Economia vê um impacto mais significativo do tributo sobre a produção de alimentos. A estimativa da pasta é que o AFRM M custe aos agricultores por volta de R$ 450 milhões ao ano na importação dos fertilizantes.

A CNA (Confederação Nacional da Agricultura), que vinha desde a pandemia pedindo mudanças no AFRMM, comemora a medida. A entidade estima que fertilizantes e defensivos representam de 30% a 50% do custo de produção e classifica a escalada re-centedospreçoscomo "avassaladora".

De acordo com a CNA, a ureia aumentou 300% no ano passado, o potássio encareceu 170% e o fosfato dobrou de preço. Ainda de acordo com a entidade, os principais nutrientes aplicados no país são potássio (38% do total), cálcio (33%) e nitrogênio (29%). Queda de braço no governo tumultua decisão sobre preço brasília Integrantes do governo ainda não conseguiram chegar a um consenso sobre qual medida adotar para evitar a explosão no preço dos combustíveis.

Uma reunião foi realizada nesta terça-feira (8) para discutir o tema, mas sem solução para o impasse que o governo vive desde o final de semana.

A preocupação é agir rapidamente para deter o impacto da alta dos derivados de petróleo no bolso dos consumidores em ano eleitoral. A leitura dos aliados do presidente Jair Bolsonaro (PL) é que o descontrole nos preços de gasolina, diesel e gás de cozinha, além da alta da **inflação** que virá desse custo extra, será prejudicial à sua reeleição. A recomendação é que ele tome uma decisão o quanto antes.

Mas, como ocorreu em outros momentos delicadospara o governo, o tema gerou uma queda de braço na alta cúpula, pondo em lados distintos o Ministério da Economia e o Ministério de Minas e Energia acompanhado da ala política mais próxima do presidente.

As possibilidades foram discutidas em reunião no Planal to nesta terça (8) com Paulo Guedes

(Economia), Bento Albuquerque (Minas e Energia), Ciro Nogueira (Casa Civil), o presidente da Petrobras, general Joaquim Silva e Luna, e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

Não houve definição sobre qual solução o govemo adotará. Durante a reunião, Guedes defendeu a mudança nos **tributos** estaduais sobre combustíveis e a desoneração de PIS/Cofins sobre o diesel, enquanto a ala política e a Petrobras argumentaram a favor de um programa de subsídios para segurar a alta dos preços.

A ideia desse grupo é que o Tesouro arque com o custo da contenção dos preços, medida à qual Guedes se opõe veementemente. Técnicos da área econômica afirmam não haver no momento justificativa técnica para abrir créditos extraordinários para bancar esse subsídio fora das regras fiscais, como o teto de gastos.

Nos bastidores, porém, fontes reconhecem que está cada vez mais difícil segurar a pressão por subsídios. A Petrobras tem alegado que, sem isso, há risco de desabastecimento.

Sem consenso, as discussões continuarão nos próximos dias. Alexa Salomão, Ju-lia Chaib, Idiana Tomazelli e Marianna Holanda

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49844&anchor=6451554&pd=43abdcf8d821eff20fffae4cbc26ceb8

Governo deixará de arrecadar R$ 19 bi por ano com IPI reduzido

Cálculos da Instituição Fiscal Independente (IFI) divulgados ontem apontam que a redução de 25% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) pode custar até R$ 19,1 bilhões anualmente, nos termos do decreto do presidente Jair Bolsonaro publicado no fim de fevereiro. Somente em 2022, os impactos da medida serão de R$ 16,2 bilhões de março a dezembro, nos cálculos da entidade.

Na nota técnica, assinada por Vilma Pinto, Felipe Salto e Daniel Couri, a IFI, que é vinculada ao Senado, estima que 90% da arrecadação do IPI em 2021 foi contemplada com redução de 25% na alíquota. Para a maior parte dos produtos, a redução foi de 25%. Alguns tipos de automóveis tiveram redução menor na alíquota, de 18,5%. Produtos que contenham tabaco não tiveram redução do imposto.

O IPI fumo, que não foi reduzido, representou somente 7% da arrecadação do imposto em 2021.

A IFI lembra na nota técnica que o IPI é um tributo compartilhado com Estados e municípios.

No cenário base, de março a dezembro, o impacto para os Estados teria sido de R$ 4,6 bilhões e, para os municípios, de R$ 4,3 bilhões e para os fundos regionais, de R$ 0,5 bilhão.

Em relação aos efeitos macroeconômicos da medida, a IFI apontou que ainda precisam ser feitos mais estudos.

"Sabe-se que medidas de redução de **impostos** podem estimular os setores beneficiados.

Há ainda que ponderar efeitos negativos, do ponto de vista da atividade econômica, em razão da mudança de preços relativos gerada pela desoneração à indústria, apenas, e não ao setor de serviços, por exemplo", diz o órgão.

COMPENSAÇÕES. Apesar de o IPI não demandar compensação nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a IFI aponta que "os impactos estimados são relevantes" e, na ausência de medidas compensatórias, vão afetar o déficit e a dívida pública. "Isto é, prejudicariam o próprio efeito positivo eventualmente produzido pelo estímulo decorrente da medida do IPI sobre a atividade econômica." Quando publicou o decreto, o governo justificou a renúncia tributária dizendo que a arrecadação federal em janeiro de 2022 somou R$ 235,3 bilhões, sendo volume recorde que representa 18,30% de aumento em relação ao mesmo mês do ano passado, já descontada a **inflação** do período.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Não existe saída fácil para a alta dos combustíveis (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

"A energia é uma das armas desta guerra"

BRUNO ROSA bruno.rosa@oglobo.com.br

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Indústria sente efeito de commodities antes mesmo da guerra

Lucianne Carneiro Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187158

Site: https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187158

Economistas fazem ressalvas a congelamento de combustível

Anais Fernandes e Marsílea Gombata De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187158

Site: https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187158

Governo busca saída eleitoral para escalada do petróleo (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187158

Site: https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187158

Reino Unido e União Europeia reagem

O Reino Unido aderiu ao boicote anunciado pelos Estados Unidos contra a Rússia e anunciou que pretende banir o petróleo russo e derivados definitivamente das suas compras até o final de 2022, anunciou, ontem, o primeiro-ministro Boris Johnson.

"Trabalhando com a indústria, estamos confiantes de que isso pode ser alcançado ao longo do ano", disse, em **comunicado** que confirma os planos britânicos. A medida representa mais uma sanção contra Moscou pela decisão de invadir a Ucrânia e, no entendimento de Johnson, será "outro golpe econômico contra o regime de Vladimir Putin".

O secretário de Energia britânico, Kwasi Kwarteng, afirmou em publicação no Twitter que essa transição dará ao mercado, comerciantes e cadeias de suprimentos o tempo suficiente para substituir suas importações russas.

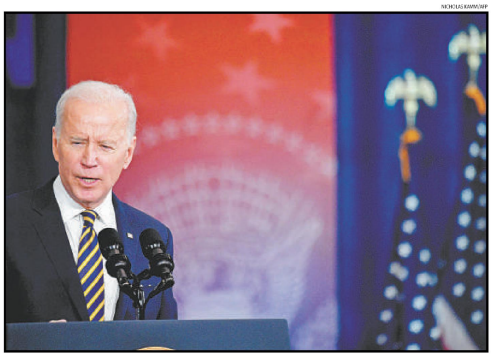
Planejamento

A União Europeia pretende criar um novo planejamento estratégico para reduzir a dependência de gás e petróleo do país antes de 2030, mas não adotará sanções imediatas à compra dos produtos.

Por dia, o bloco europeu importa 4,3 milhões de barris de petróleo da Rússia, representando cerca de 27% do produto comprado de fora. As importações vindas do país presidido por Putin também representam 41% do gás e 47% do carvão comprados pela Europa. Já as compras dos Estados Unidos são consideravelmente menores: em torno de 400 mil barris diários.

Para o consultor empresarial Fernando Zilveti, o problema energético impacta mais a Alemanha e outros países do Leste, como Hungria e Bulgária, estes últimos mais gravemente. "A **inflação** é o fantasma que deve assombrar a UE nos próximos tempos, em função do preço do gás. O mercado interno deve sofrer as consequências. Pode ser que os europeus e, principalmente, os alemães, passem a ver os países sul-americanos com mais carinho. O Brasil pode se sair bem, caso não siga fazendo bobagens em sua política externa", acredita.

Biden proíbe petróleo russo e Putin ameaça



NICHOLAS KAMM/AFP

> Os Estados Unidos vão mirar na principal artéria da economia da Rússia. Isso significa que o petróleo russo não será mais aceito nos portos norte-americanos
>
> ■ Joe Biden, presidente dos Estados Unidos

JUAN BARRETO/AFP – 3/5/03

Plataforma de petróleo venezuelana: país pode suprir saída do fornecimento russo nos Estados Unidos. Óleo iraniano é opção

Adson Boaventura, Michelle Portela e Victor Correia

Superpotência energética, a Rússia sofreu duro golpe, ontem, com o anúncio do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, de cancelar a compra de petróleo, gás e energia produzida com carvão russos. A medida fez o preço do gás chegar ao seu nível mais alto de todos os tempos nos EUA. No Brasil, o barril do petróleo do tipo Brent passou de US$ 130 nas bolsas, o maior valor nominal em 14 anos, recuando no fechamento. O preço do Brent - o principal barril de referência internacional - para entrega em maio fechou com alta de 3,87% em Londres, a USS$ 127,98. Já em Nova York, o barril do Texas, o WTI, para abril subiu 3,60%, a US$ 123,70. A reação de países que condenam a invasão russa à Ucrânia pode marcar uma nova era para o mercado global de energia, que vê o Kremlin perder influência, enquanto outras potências emergentes lutarão para preencher o vazio, preveem especialistas.

"Os Estados Unidos vão mirar na principal artéria da economia da Rússia. Isso significa que o petróleo russo não será mais aceito nos portos norte-americanos", disse Biden em pronunciamento. O presidente dos EUA disse que o preço da gasolina no país "deve subir mais" com a medida, mas afirmou que seu governo fará todo o possível para mitigar o impacto sobre os consumidores.

"Estamos adotando o pacote mais significativo de sanções da história, deixando buracos na economia russa. O rublo vale agora menos de um centavo de dólar", ressaltou, citando alguns pontos, entre eles evitar que o banco central da Rússia consiga apoiar o valor do rublo e restringir o acesso do país a itens de tecnologia, o que acaba por penalizar a economia russa. "(Vladimir) Putin parece determinado a continuar nesse caminho da morte, não importa o quanto isso vai custar", declarou Biden. "Ele atacou a maior usina nuclear do mundo sem pensar que isso poderia ter causado um desastre gigantesco. A Ucrânia não será uma vitória para Putin", complementou, sobre a incursão militar na Ucrânia e o fato de que Moscou não ter aceito um cessar-fogo até então.

Biden destacou que várias empresas americanas têm suspendido negócios com a Rússia, mesmo sem um pedido do governo americano, e cobrou companhias do setor de energia a não aproveitar o quadro para subir demais seus preços. Ainda ele, as empresas de energia que têm abandonado a Rússia estão "liderando pelo exemplo". O preço da gasolina atingiu uma nova máxima histórico ontem nos Estados Unidos: o galão (3,78 litros) valia, em média, 4,17 dólares, segundo a Associação de Automobilísticas AAA. Em um mês, o preço médio subiu 20%.

RESPOSTA Logo após o anúncio, o governo de Putin comunicou que vai restringir a exportação e importação de alguns produtos e matérias-primas. O país vai determinar em dois dias quais são os insumos e países atingidos. Os russos ameaçaram cortar o fornecimento de gás para a Europa, caso sanções econômicas fossem impostas ao setor energético. E a dependência da União Europeia é alta: pelo menos 40% da energia ao gás da União Europeia vem da Rússia. Entre outros efeitos, a Rússia também alertou que, caso o embargo americano se concretizasse, o preço do barril poderia chegar a US$ 300, mais que o dobro do valor atual. O país também sinalizou que pode haver retaliações, como o fechamento do principal gasoduto para a Alemanha.

O Banco Central da Rússia anunciou, ontem, novas medidas que limitam as transações com moedas estrangeiras no país. Em **comunicado**, a instituição afirma que, até o dia 9 de setembro, os clientes poderão retirar no máximo US$ 10 mil de suas contas. Em caso de valor excedente, o mesmo será convertido em rublos russos com a taxa de mercado do dia.

Os bancos também não venderão dinheiro aos cidadãos durante a vigência da ordem temporária, segundo a publicação, o que tem potencial de levar a transações no mercado paralelo. Os cidadãos poderão abrir novas contas e depósitos em moeda estrangeira, mas só será possível retirar fundos delas em rublos, aponta o Banco Central russo. Segundo o **comunicado**, nos bancos russos, cerca de 90% das contas em moeda estrangeira não excedem o valor de US$ 10 mil, ou seja, 90% dos titulares de depósitos ou contas em moeda estrangeira poderão receber integralmente seus fundos em dinheiro.

DESDOBRAMENTOS Para o professor José Romero Pereira Júnior, coordenador do curso de relações internacionais da Universidade Católica de Brasília (UCB) a ação dos Estados Unidos é uma medida de contenção para não levar as duas potências a um conflito militar. "A decisão de Biden me parece alinhada a uma posição de potência preocupada com o ressurgimento da Rússia, rival histórico, e a frear a política agressiva de Moscou, entendendo que um dos mecanismos esse tipo de contenção, sem apelar para um conflito direto, é a decisão econômica, de tentar bloquear os principais produtos russos no mercado internacional - petróleo e gás, últimas commodities que não estavam em sanção", avalia.

Já sobre a reação da Rússia, o especialista é categórico ao afirmar que eles "pagarão para ver". "Os Estados Unidos entendem os limites dessa ação na coordenação com os europeus. Por hora, é uma medida mais unilateral, ao contrário do que a gente viu com as sanções na área bancária. Já a resposta russa, me parece ser na lógica do "pagar paga ver". E o cenário está longe de ser o ideal, economicamente, já que teremos impactos em todo mundo em termos de preço de gás e do petróleo", analisa.

Reino Unido e UE reagem

O Reino Unido aderiu ao boicote anunciado pelos Estados Unidos contra a Rússia e anunciou que pretende banir o petróleo russo e derivados definitivamente das suas compras até o final de 2022, anunciou, ontem, o primeiro-ministro Boris Johnson. "Trabalhando com a indústria, estamos confiantes de que isso pode ser alcançado ao longo do ano", disse, em **comunicado** que confirma os planos britânicos. A medida representa mais uma sanção contra Moscou pela decisão de invadir a Ucrânia e, no entendimento de Johnson, será "outro golpe econômico contra o regime de Vladimir Putin".

O secretário de Energia britânico, Kwasi Kwarteng, afirmou em publicação no Twitter que essa transição dará ao mercado, comerciantes e cadeias de suprimentos o tempo suficiente para substituir suas importações russas.

A União Europeia pretende ter um novo planejamento estratégico para reduzir a dependência de gás e petróleo do país antes de 2030, mas não adotará sanções imediatas à compra dos produtos. Por dia, o bloco europeu importa 4,3 milhões de barris de petróleo da Rússia, representando cerca de 27% do produto comprado de fora. As importações vindas do país presidido por Putin também representam 41% do gás e 47% do carvão comprados pela Europa. Já as compras dos Estados Unidos são consideravelmente menores: em torno de 400 mil barris diários.

Para o consultor empresarial Fernando Zilveti, o problema energético impacta mais a Alemanha e outros países do Leste, como Hungria e Bulgária, estes últimos mais gravemente. "A **inflação** é o fantasma que deve assombrar a UE nos próximos tempos, em função do preço do gás. O mercado interno deve sofrer as consequências. Pode ser que os europeus e, principalmente, os alemães, passem a ver os países sul-americanos com mais carinho. O Brasil pode se sair bem, caso não siga fazendo bobagens em sua política externa", acredita.

Venezuela e Ira entram em cena

Como forma de encontrar alternativas de fornecimento de petróleo a curto prazo, os Estados Unidos reabriram conversas com países considerados inimigos, como Venezuela, na América Latina, e o Irã, no Oriente Médio. O presidente venezuelano, Nicolás Maduro, já disse que está pronto para ofertar mais de 3 milhões de barris por dia no mercado.

Para Henrique Costa, CEO da Accell Solutions, a aproximação de Biden com a Venezuela tem o objetivo de "testar" aposição dos venezuelanos no conflito. "O que vai haver agora é uma polarização. Não acho que seja uma aproximação para realmente importar petróleo. Os EUA estão testando a Venezuela para verse ela é fiel a qual bloco, se vai ficar do lado da China e Rússia nessa história. A Venezuela é muito estratégica para as américas", afirma.

Vitelio Brustolin, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador da Universidade de Harvard, explica que Maduro não pode arriscar ase

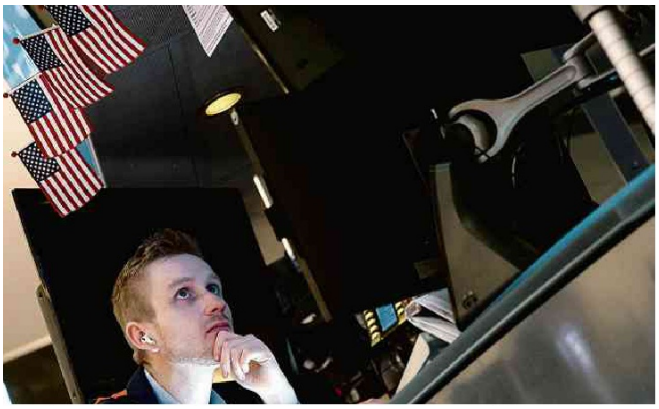
indispor com os Estados Unidos, visto que sua economia depende da exportação dos recursos naturais. "Na Venezuela, a economia é bem dependente do petróleo. Qualquer distanciamento e restrição dos Estados Unidos e de outros países a afetam bastante. A Rússia também depende muito dos recursos naturais, então, se formos analisar a conjuntura, os russos praticaram atos de força contra a Ucrânia para tentar se fortalecer, mas no final das contas eles estão perdendo aliados", descreve.

Assim, os contatos com a Venezuela também se tornam uma estratégia de Washington para isolar Moscou. "Se os apoiadores da Rússia se aliaram aos Estados Unidos e aos outros países ocidentais, eles enfraquecem ainda mais a Rússia", pontua Brustolin. Antônio Jorge Ramalho, do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), avalia, no entanto, que concretizar o fornecimento alternativo de petróleo não é uma tarefa tão fácil, principalmente porque a petroleira estatal venezuelana não produz mais como em outras décadas.

No caso do Irã, Ramalho considera que seria mais atingível uma retomada da distribuição do insumo. Segundo dados da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), antes de seguidas sanções da Casa Branca, o país asiático chegou a exportar cerca de 2,8 milhões de barris de petróleo e derivados por dia. "(Venezuela e Irã) São casos muito distintos. As negociações com o Irã estão avançadas no que concerne à questão nuclear, mas sobre isso os interesses de EUA e Rússia convergem. Reduzir as sanções ao Irã afetaria positivamente a oferta global de petróleo, pois sua capacidade industrial de ampliar a oferta no curto prazo é muito superior à da Venezuela", finaliza.

Site:
https://digital.em.com.br/estadodeminas/09/03/2022/p1

Banqueiros dizem que guerra vai deixar crédito mais caro



Vinícius Torres Freire Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Embora saiam praticamente ilesos dos impactos diretos da Rússia, grandes bancos brasileiros já preveem uma retração no crédito devido ao aumento da **inflação** e dos juros, um cenário decorrente da guerra na Ucrânia que retardará ainda mais o crescimento da economia.

A Folha ouviu três banqueiros sob a condição de anonimato e eles foram unânimes ao afastar qualquer tipo de contaminação do sistema financeiro nacional. Mas afirmaram que haverá danos indiretos advindos da erosão de parâmetros da economia.

Na Febraban, associação que reúne as principais instituições, e na ABBC (Associação Brasileira de Bancos Comerciais), a exposição dos bancos nacionais que operam na Rússia virou assunto de reuniões, mas, diante dos números apresentados, foi considerada desprezível.

A Febraban disse que seus associados não reportaram "situação que indicasse preocupação".

Dados do BIS, o banco central dosbancos centrais, indicam que as instituições brasileiras têm menos do que US$ 5 milhões em exposição na Rússia.

O peso maior está nas instituições europeias, com quem a Rússia mantém mais relações financeiras.

Ainda segundo os executivos dos bancos consultados, o sistema financeiro nacional sentirá impactos indiretos da guerra, via depreciação do quadro econômico.

Segundo eles, as sanções impostas à Rússia farão aumentar o preço dos alimentos e dos combustíveis em até 15% -Rússia e Ucrânia respondem por 30% da importação de fertilizantes e adubos.

Alimentos e combustíveis são componentes relevantes na cesta utilizada para o cálculo da **inflação** que deverá extrapolar o centro da meta, que é de 3,5% em 2022.

Recentemente, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, afirmou que tenta buscar novos fornecedores de fertilizantes, como o Irã (para insu-mos à base de ureia) e Canadá (fosfato) para reduzir os danos.

De qualquerforma, ainda segundo a ministra, a alta do preço dos alimentos para o consumidor já é dada como certa.

Para o s bancos ouvidos pela reportagem, o problema maior virá dos combustíveis. Eles consideram que a política de reajuste de preços da Petro-bras terá de ser revista.

Hoje eles percebem que a companhia segura ao menos 10% dos reajustes a cada alta do petróleo. A defasagem, ainda segundo eles, estaria na casa de 30%.

Com a alta acentuada do barril do petróleo, a expectativa é que a petroleira repasse mais rapidamente as altas de preços, algo que terá impacto direto na indústria e nos combustíveis.

Ou seja, para e le s, o re sulta -do será aumento da **inflação**, queda de renda, menos consumo, e crescimento baixo.

O governo avalia segurar os reajustes da Petrobras para conter esse impacto. Na segunda (7),o presidente Jair Bolso-naro (PL) chegou a criticar a atual política de preços da estatal, o que levou as ações da empresa a desabar na Bolsa.

Em ano eleitoral, os banqueiros dizem ainda que Boi-sonaro disputará a reeleição apresentando um quadro fiscal que, corrigido pela alta da **inflação**, pode terminar 2022 com superávit primário -em vez de um déficit projetado de 0,7% do **PIB**.

Um dos banqueiros chamou essa situação de "ilusão monetária", uma maquiagem das contas públicas devido à combinação de **inflação** alta e depreciação do real. Isso ocorrerá, ainda segundo os banqueiros, à custa da queda da renda da população.

Para eles, esse cenário será favorável às exportações do agronegócio, mas isso não será suficiente para promover o crescimento do **PIB**.

Há expectativa, também, de aumento dos juros futuros, que devem chegar a 14%. Hoje, estão em 12,5% já considerando o risco político decorrente das eleições presidenciais.

Os juros futuros refletem a insegurança do país diante de riscos concretosque, quanto maiores forem, mais pressionam para cima os prêmios exigidos pelos investidores.

Outra fonte de preocupação será a perda de liquidez do sistema financeiro global, que será acionado para cobrir gastos públicos por meio de empréstimos.

A asfixia financeira imposta pelas sanções deixou companhias aéreas e bancos russos com um fôlego para sobreviver somente um mês com caixa próprio, segundo projeções do mercado. Após esse período, passarão a operar sob risco de falência sem acesso ao mercado de capitais do Ocidente.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49844&anchor=6451554&pd=43abdcf8d821eff20fffae4cbc26ceb8

Conflito pode levar BC a estender aumento da Selic, avaliam economistas

O recrudescimento das tensões geopolíticas por causa da guerra na Ucrânia pode levar o Banco Central a estender o ciclo de alta da taxa básica de juros, além de elevar o pico da Selic, para conter as pressões sobre a **inflação**. Essa é a visão de diversos economistas ouvidos pela Folha.

O Copom (Comitê de Política Monetária) se reúne nos dias 15 e 16 de março para calibrar a taxa básica de juros para o controle da **inflação**. Atualmente, a Selic está em 10,75%.

"O risco de extensão do ciclo de alta da Selic se eleva na medida em que se perpetue a noção de que a escalada do conflito produzirá efeitos inflacionários mais persistentes", disse Leonardo Porto, economista-chefedo Citi Brasil. O banco permanece com projeção de taxa terminal da Selic em 12,75%, com início do ciclo de queda apenas no segundo semestre de 2023.

O Itaú Unibanco monitora a elevação da incerteza, em especial sobre a dinâmica dos preços internacionais das commodities e da volatilidade dos mercados, devido aos desdobramentos do con-flito no Leste Europeu para revisar (ou não) sua projeção da taxa de juros terminal, atualmente em 12,50%.

" Estávamos caminhando para uma discussão de fim de ciclo no Brasil. Agora, temos uma série de cenários à frente, com a possibilidade de outros níveis de juros", disse Fernando Gonçalves, superintendente de pesquisa econômica.

Roberto Padovani, econo-mista-chefe do Banco BV, considera que a guerra trouxe uma mudança no patamar de **inflação** no mundo e no Brasil e espera uma Selic acima de 12,50%, sua atualpro-jeção. "Temos um novo cho -que inflacionário, que implica mais juros por mais tempo para ancorar as expectativas do próximo ano", afirmou.

Já o banco digital Modal-mais decidiu se antecipar e revisou a sua expectativa da taxa de juro terminal para 12,75%, ante 12,25% na projeção anterior. "Acredito que o Banco Central esteja mais distante do fim do ciclo do que a gente antecipava", disse o estrategista-chefe Felipe Sichel. "A discussão sobre cortes ainda em 2022 já não fazia parte do nosso cenário e agora menos ainda. ASelic ficará neste patamar [de 12,75%] até o fim do ano." Quem também tem discutido uma elevação na projeção da Selic até o fim do ano é o Banco Original, que, segundo o economista-chefe Marco Caruso, pode saltar de 12,25% "para algo em torno de 12,75% ou 13%" A instituição financeira pretende aguardaro próximo **comunicado** do BC para oficializar qualquer alteração.

Apesar das novas expectativas quanto à Selic até dezembro, os especialistas são unânimes ao dizer que esperam que o BC mantenha o plano de voo para a próxima reunião do Copom. O comitê já havia sinalizado a redução do ritmo de ajuste da taxa básica de juros em função da defasagem dos efeitos de política monetária.

Silvio Campos Neto, economista sênior da Tendências Consultoria, também deseja esperar os sinais emitidos após a reunião da próxima semana do colegiado para reavaliar a expectativa de patamar de chegada, atualmente em 12,25%. Para ele, a autoridade monetária deve considerar o aumento no preço das commodities como "um foco de incerteza e de risco adicional".

Incerteza e cautela são palavras-chave para o atual cenário econômico, na opinião de Mirella Hirakawa, economista sênior da AZ Quest Investimentos, que prevê uma Selic terminal de 12,5% com viés altista.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49844&anchor=6451554&pd=43abdcf8d821eff20fffae4cbc26ceb8

'Os pedágios vão ter passagem livre em 5 anos'

TIÃO OLIVEIRA

O administrador de empresas Petrus Moreira começou a trabalhar na área de veículos há mais de 20 anos. Na GM, como estagiário, participou do então inovador projeto que permitia configurar o Chevrolet Celta de forma digital. Na Endered, dona da marca Ticket Car, ingressou no setor de gestão de benefícios e de pagamentos de produtos por meio eletrônico.

Ficou mais de três anos à frente da filial da empresa, no Chile.

De volta ao Brasil, teve uma breve passagem pela Fleetcor até ingressar na Alelo, em 2016. Desde 2019 no posto de superintendente da Veloe, o executivo falou ao Estadão, por chamada de vídeo, sobre as ambiciosas metas da empresa de tags de pagamento.

Como foi o desempenho da Veloe em 2021 no País?

Foi muito bom. Conseguimos resultados bem mais expressivos do que a gente planejava.

Praticamente triplicamos nossa base de clientes. Estamos falando de 1,7 milhão de clientes ativos. Isso é ainda mais importante porque a pandemia afetou bastante a mobilidade.

Nossos serviços levam conforto e comodidade às pessoas, porque evitam, por exemplo, contato físico no momento do pagamento do pedágio ou do estacionamento.

A empresa oferece outros serviços e produtos?

Sim, mas a tag ainda é o nossa principal produto. Lançamos recentemente o serviço de pagamento de **tributos**, que permite dividir em até 12 vezes o valor do IPVA. Bem como quitar multas e taxas de licenciamento, entre outras. Estamos trabalhando fortemente nisso, para criar uma experiência muito bacana para o usuário.

Além disso, dá para pagar combustível em São Paulo, onde iniciamos os testes desse serviço.

A tendência é expandir (para outros mercados). Nosso objetivo é ser a carteira do veículo e oferecer várias soluções, incluindo financiamento, seguro e assistência 24 horas.

Isso será feito ao longo deste ano. Vamos diversificar para tornar a Veloe ainda mais atrativa para o cliente.

As novas concessões de rodovias preveem o fim de caixas nas praças de pedágio.

Como a Veloe avalia isso?

Sim, esse sistema, chamado de "free flow", é adotado em vários países, como o Chile. A tendência é de que os pedágios tenham passagem livre em cinco anos. Ou seja, entre 70% e 100% das praças. Além das novas concessões, muitos contratos estão vencendo e os próximos têm opção de fazer o free flow. E, nas conversas com a ABCR, que é a associação das concessionárias, e com o Ministério de Infraestrutura, a tendência que a tag seja a opção para leitura do sistema, como acontece em outros países.

Já temos uma solução adaptada para isso. Esse é um assunto estratégico para a Veloe.

Quais são as vantagens das tags para as empresas?

Trabalhamos em duas frentes.

Ou seja, "B to C", para a pessoa física, para quem queremos levar comodidade, e "B to B", que são as

frotas. A Veloe é uma unidade de negócios da Alelo (do setor de cartões de benefícios).

Por isso, temos o Alelo Frota, que é um produto para gerenciamento de frota e consumo de combustível. A tag de pedágio para "B to B" é muito usada por empresas que contratam serviços de caminhoneiros autônomos. Há uma demanda muito grande no setor.

De São Paulo a Ribeirão Preto (330 km), há oito pedágios.

Quem para nessas praças leva uma hora a mais de viagem. Isso sem contar o custo. Toda vez que o veículo tem de desacelerar e acelerar, gasta combustível, freios, etc. No caso do veículo pesado, é uma dor para os clientes. A tag reduz a necessidade de desaceleração e frenagem, o que diminui os custos da operação. São coisas importantes para a empresa e o caminhoneiro autônomo.

Qual segmento vai crescer mais em 2022?

Com o app Veloe, reunimos vários serviços da vida do veículo.

Vamos lançar uma solução de manutenção para pessoa física. Bem como seguro de curto período, em que o cliente vai poder contratar uma cobertura para, por exemplo, ir de São Paulo ao Guarujá (no litoral Sul paulista). Num segundo momento, com a desaceleração da pandemia, a mobilidade voltará a ser cada vez mais importante.

Temos parcerias com empresas para oferecer mais produtos e serviços.

A aceleração da digitalização impactou a Veloe?

A Veloe é uma transação invisível.

Não há nenhum tipo de contato. Muita gente não quer trocar dinheiro na praça de pedágio, descer do carro para pagar pelo combustível ou ficar na fila do estacionamento do shopping. Continuamos atuando fortemente na questão das experiências. Também oferecemos extratos consolidados, em que a pessoa pode, por exemplo, agrupar os custos com deslocamento de trabalho.

Isso facilita o pedido de reembolso. E temos a Veloe Turbo, clube de vantagens que reúne mais de 23 parceiros.

Eles oferecem descontos e fazem promoções nas áreas de varejo, eletrônicos, vestuário, educação, etc. A gente olha muito para a inovação.

Como o sr. avalia o momento atual, com alta de juros e retração do consumo?

A **inflação** e a alta da Selic afetam o poder de consumo do brasileiro. Além disso, 2022 será um ano de eleição (para presidente).

Seja como for, queremos evoluir com relação a novos serviços e soluções, tanto no "B to B" quanto no "B to C".

Em cinco anos, queremos quadruplicar nossa base de clientes.

Acreditamos no potencial do mercado. De 75 milhões, 80 milhões de veículos, incluindo motos e caminhões, apenas 12% têm tag. Então, queremos crescer em todas as regiões e ampliar nossa participação. Estamos bem otimistas.

Que mensagem o sr. mandaria ao Petrus que estava se formando há 20 anos?

Continue estudando, se aperfeiçoando e fique o mais próximo possível de pessoas que possam lhe dar orientação.

Também foi positiva minha experiência fora do País. Aprender uma cultura diferente é muito significativo. Passei por algumas empresas, não foram muitas, e sempre com foco na tecnologia, seja na gestão de frota, do veículo ou do pagamento de abastecimento. Sempre trabalhei muito. Creio que diria para ele aproveitar mais as oportunidades de lazer.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

'Frota elétrica deve demorar a crescer no Brasil'

TIÃO OLIVEIRA

Desde o dia 1.º de janeiro, Pablo Di Si ocupa o recém-criado posto de chairman executivo da Volkswagen. Sua missão é pensar a futura estratégia da empresa em áreas como mobilidade, eletrificação em 29 países das Américas do Sul e Central, além do Caribe, na região chamada de SAM. Habilidoso, em meados dos anos 1980 ele conquistou vaga em uma universidade dos Estados Unidos após enviar um vídeo em que mostrava ser um bom volante em um time de base do futebol portenho.

Recentemente, o argentino convenceu a matriz da empresa, na Alemanha, a criar um centro de desenvolvimento de biocombustíveis no Brasil. O executivo falou com o Estadão sobre o novo cargo e o futuro da companhia alemã.

Como foi o desempenho da VW no País em 2021?

O ano de 2021 foi bom do ponto de vista de resultados financeiros.

Porém, poderia ter sido melhor. Todo mundo ficou com esse gostinho de que poderia ter feito muito mais coisas.

A estimativa da Anfavea é de que a indústria deixou de vender entre 300 e 350 mil veículos no ano passado. Havia consumidores com dinheiro disponível e vontade de comprar um veículo. Mas nós não tínhamos as peças, seja semicondutores, pneus etc, para produzir esses veículos. Olhando um pouquinho para 2022, haverá menos restrições, mas elas vão continuar existindo.

Assim, temos de olhar mais para frente, entender a mobilidade e como serão os veículos sustentáveis, sejam elétricos, híbridos ou flex. É preciso olhar os modelos de negócio em que vamos atuar e como será o novo consumidor, quais serão as preferências dele.

O sr. foi promovido. Qual é o seu novo papel na estrutura da empresa?

Sim. Eu saí da operação e passei a focar ainda mais a estratégia.

Miro temas como futuro, políticas públicas. Tenho de ter um olhar transversal, avaliar novas tecnologias e parceria.

Minha responsabilidade é gerar muito mais desenvolvimento por meio de ações com outras empresas estratégicas para que a Volkswagen continue crescendo.

A sua defesa contundente do etanol como uma das soluções para o futuro da mobilidade contribuiu para sua promoção?

Creio que não. Essa mudança já estava definida antes de o projeto ser aprovado. Somos a única montadora do mundo que tem um centro de pesquisas de desenvolvimento de biocombustíveis.

E ele fica aqui no Brasil. O mais importante é que, seja um carro elétrico, híbrido ou flex ou seja um patinete ou bicicleta, ele gera CO2.

Então, é importante acompanhar todo o ciclo do produto e a fonte de energia necessária, que pode ser vento, água, etanol, carvão e gasolina, por exemplo. Eu digo que nosso nariz respira não só o que sai do escapamento do veículo, mas tudo que é gerado no processo.

Também é importante deixar claro que o etanol não é a solução para o mundo, mas é espetacular para o

Brasil e outros países. Nós também temos muito sol, vento e água.

Há ótimas fontes renováveis de energia. Temos de entender qual é a melhor para cada país. O etanol tem muito para contribuir ao Brasil e a outros locais do mundo.

A VW vai apostar em novos modais ou novas opções de meios de transporte?

Temos uma série de iniciativas.

Começamos pelos carros elétricos, que foram lançados também no Brasil e na Argentina, além da Alemanha, entre outros mercados. Para alguns modelos há uma espécie de combo. Você também pode comprar bicicleta e patinete.

Ou seja, temos de olhar todo o processo da mobilidade e da sustentabilidade. Já estamos fazendo no Brasil e trabalhando fortemente na Alemanha e nos Estados Unidos a questão da infraestrutura de recarga de veículos elétricos. As empresas e os governos, de países, regiões ou cidades, têm de contribuir para o desenvolvimento da eletrificação. Fizemos uma parceria com empresas como Siemens e Porsche e estamos instalando carregadores rápidos no Brasil. Ainda não são muitos, mas, se cada um fizer seu pedacinho, haverá muito mais em breve.

Quando o preço do carro elétrico será igual ao de um modelo a combustão?

É uma pergunta estratégica e, para responder, temos de entender o contexto. Alguns países apostaram na eletrificação.

Por isso, deram benefícios de, digamos ¤ 8 mil para o consumidor. Com isso, o preço do carro elétrico fica muito interessante. Além disso, o custo de uso é menor. Sem nenhuma dúvida, em cinco anos o custo desses carros vai ser muito parecido. Na Alemanha, na China e nos EUA, essa é uma política de Estado. O subsídio visa criar uma nova indústria, que inclui baterias e serviços de reciclagem, por exemplo. O Brasil tem uma lei sobre o combustível do futuro. Ou seja, ela vai regular da aviação a navios e toda a cadeia de transporte.

Isso é importante porque trata da emissão de CO2 do poço à roda. Ou seja, no ciclo completo.

Não importa qual seja a fonte de energia, ter uma política pública como essa é fundamental para reduzir as emissões.

Acredito muito no Brasil, e há poucos países no mundo com esse tipo de política pública.

Então, a ampliação da oferta do carro elétrico vai ser um pouco mais demorada no Brasil.

Cada país tem de olhar de onde virá a energia. A solução é ainda mais ampla. As usinas fazem etanol e açúcar. O bagaço da cana gera biometano que pode ser usado para produzir energia elétrica. As soluções vão muito além do setor de veículos.

O que o governo deve fazer para fomentar o setor?

Os governos deveriam tratar de questões estratégias. Cada país tem de avaliar o que tem de melhor, seja em recursos naturais, pessoas, cultura etc, e estabelecer quatro, cinco indústrias como estratégicas.

No Brasil, o agronegócio é um setor fundamental. A indústria de veículos representa 20% do **PIB**. Seja como for, é preciso que esse plano tenha continuidade, independentemente do governo. Essa é a parte difícil nos países da América Latina. Aqui, quando sai um governo e entra outro, muita coisa acaba mudando.

De qualquer modo, é um consenso que o agronegócio é fundamental para o Brasil.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Bitcoin e as bolhas regulatórias (Artigo)

Pablo Cerdeira é sócio do Galdino & Coelho Advogados e especialista em criptoativos

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo